



Conselho Nacional de Política Energética - CNPE

MEMÓRIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 26 de Junho de 2012

Horário: 10h

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME – 9º andar

Participantes: Lista Anexa

1. ABERTURA

O Presidente do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, Ministro Edison Lobão, fez a abertura da 24ª Reunião Ordinária, passando, em seguida, ao exame dos assuntos da pauta.

2. ABASTECIMENTO ENERGÉTICO

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Altino Ventura Filho, apresentou uma visão geral do atendimento das necessidades energéticas do País, abordando as políticas energéticas da segurança energética, da modicidade tarifária e da universalização do atendimento.

Em relação à segurança energética, explicitou que o setor é rigoroso na definição dos seus cenários de planejamento. Mencionou que consideram nesses estudos, entre outras premissas, contratos de suprimento de longo prazo para 100% do mercado das distribuidoras. Citou ainda os leilões de reserva, a configuração robusta das interligações regionais e o programa de expansão da geração e transmissão de energia elétrica. Ao final lembrou que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE avalia, permanentemente, o equilíbrio entre a oferta e demanda.

Sobre a matriz energética brasileira, o Secretário deu enfoque ao crescimento da participação das fontes renováveis de 45% em 2010, para 48% em 2020, e à diminuição dos combustíveis fósseis, de 53% para 51%, no mesmo período.

Com relação à matriz elétrica, para o mesmo período, o destaque é o crescimento de 86% para 88% da participação de fontes renováveis e a queda de 10% para 8% dos combustíveis fósseis.

Na modicidade tarifária fez referência aos leilões de energia nova, mostrando que a partir de 2005 os preços médios da energia elétrica decresceram, saindo de um patamar de 169 R\$/MWh para 87,60 R\$/MWh em 2010, no certame que envolveu o projeto da UHE Belo Monte.

A exemplo da geração, o Secretário mencionou que na transmissão foram realizados, desde o ano 2000, 27 leilões para expansão da rede básica, com deságio médio de 25%.

O Programa Luz para Todos foi apresentado como ação de governo para cumprimento da política de universalização. Os números do programa foram mostrados, com destaque para o total de famílias atendidas – 2,9 milhões. Ressaltou na oportunidade que o percentual de atendimento à população brasileira se aproximará de 100%, em 2014.

Na área de petróleo o Secretário afirmou que em 2020 a produção nacional será de 6,1 milhões de bbl/dia, com *superávit* de 3 milhões de bbl/dia para exportação. Atualmente nossa produção é de 2,1 milhões bbl/dia.

Em 2020, a produção de gás natural será de 222 milhões de m³/dia, com *superávit* de 30 milhões de m³/dia para exportação. Atualmente nossa produção é de 65 milhões de m³/dia.

A produção de etanol, em 2020, será de 87 milhões de m³, com *superávit* de 22 milhões de m³ para exportação. Na área de biodiesel, a produção nacional em 2020 será de 3,8 milhões de m³.

O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, Marco Antonio Martins Almeida, fez uma avaliação da produção e do abastecimento de petróleo, gás natural, etanol e biodiesel.

Inicialmente apresentou gráfico com a evolução das reservas de petróleo no Brasil. Destacou o crescimento de 5,61% nas reservas de petróleo e de 8,61% nas de gás natural, de 2010 para 2011, associados à agregação de campos do Pré-Sal já declarados como comerciais.

O Secretário apresentou um balanço entre oferta e demanda de gás natural. A produção nacional, de 33,8 milhões de m³/dia em 2011, atendeu mais de 50% do mercado.

O consumo de derivados de petróleo em 2011, pela primeira vez, superou o crescimento do PIB, fato relacionado ao consumo de gasolina e diesel.

Quanto ao Etanol, foi apresentada uma avaliação da safra de cana de açúcar 2012 – 2013. No momento há uma redução da moagem, motivada pelos seguintes fatores: as chuvas, em junho, interromperam a moagem na região Centro-Sul; adiamento da moagem para que houvesse maior concentração de açúcares; redução da produção do Etanol anidro, em face da redução do percentual de mistura, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Há uma expectativa de leve aumento da moagem de cana de açúcar, com ampliação do percentual para produção do Etanol, porém, ainda insuficiente para atender a demanda por combustível no ciclo Oto.

Em relação ao biodiesel, foi informado que há regularidade no mercado, com expectativa de produção de 2,8 bilhões de litros em 2012, fato que levará o Brasil à posição de segundo maior consumidor mundial, ultrapassando a Alemanha, ficando atrás apenas do Estados Unidos.

O Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Mauricio Tolmasquim, fez uma abordagem sobre o Plano Decenal de Expansão de Energia 2020. Em seu relato, traçou cenários de crescimento econômico, eficiência energética e carga de energia elétrica para o horizonte do plano. Citou que haverá um acréscimo de 61.560 MW de potência instalada ao sistema até 2020, dos quais 47.334 já estão contratados nos leilões de energia nova.

Na área de petróleo e gás natural, o Presidente da EPE enfatizou que no final do período haverá excedentes para exportação. Na área de refino destacou que a capacidade nominal total será de 3.505 mil bpd, com adição de 1.464 mil bpd.

O quadro de investimentos apresentados aos membros do CNPE indica, no horizonte de 2011 – 2020, aproximadamente, 1 trilhão de reais em obras de infraestrutura de energia, sendo 67% para a área de petróleo e gás natural.

O Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Hermes Chipp, fez uma avaliação das condições do atendimento eletroenergético do Sistema Interligado Nacional – SIN, nos horizontes de curto e médio prazos.

Especificamente para a região Sul, ponderou que nos anos de 2003, 2006, 2009 e primeiro semestre de 2012, hidrologias desfavoráveis conduziram à maximização da transferência de energia de outros subsistemas para a região, bem como a utilização dos recursos de geração térmica a carvão e a gás local. Concluiu seu relato indicando uma necessidade de expansão térmica local. Em relação ao ano de 2012, o Operador comunicou que as condições de segurança de suprimento estão atendidas.

No médio prazo, abordou a questão da redução gradativa da regularização plurianual, mostrando que a relação ER_{máx.}/Carga em 2001 era de 6,2 depois caiu para 5,4 em 2009 e em 2019 será de 3,5. Esse fato está relacionado com a entrada em operação de usinas hidrelétricas com acentuada sazonalidade de geração. Destacou que, para cumprir com o programa de operação será necessária complementaridade térmica.

Também, para o horizonte de 2012 a 2016, o Operador comunicou que as condições de segurança de suprimento estão atendidas.

Ao final dos pronunciamentos, o representante dos Estados e do Distrito Federal, Júlio Bueno, apresentou comentários sobre: (i) a política do governo para os preços dos combustíveis, que interfere no consumo do etanol; (ii) a oferta e o preço gás natural; e (iii) os leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, reforçando que eles podem alterar os estudos de planejamento energético.

O Ministro informou que a 11ª Rodada de Licitações somente deverá ocorrer após a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei que trata dos *royalties*.

Em sequência, o Secretário Marco Antonio Martins Almeida informou que a política de preços é de responsabilidade da Petrobras, cabendo ao MME monitorá-la. Ratificou que, desde 2002, a legislação liberou os preços internos dos derivados. Não obstante, refutou que a elevação dos preços da gasolina possa afetar a relação entre a oferta de etanol e de gasolina, especialmente em curto prazo, uma vez que a oferta desta safra está definida e pouca alteração deverá ocorrer para a próxima safra. No tocante à oferta de gás natural, salientou que o Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE sugere equilíbrio entre a oferta e a demanda do energético até 2020, sem excedentes significativos que justifiquem a necessidade de indução de novos mercados.

A Secretária Executiva do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, Eva Chiavon, comentou a forte expansão de energia eólica na matriz, registrando a necessidade do planejamento considerar a expansão da transmissão para contabilizar o transporte dessa energia para os centros de consumo. Ainda sobre esse tema, enfatizou que há necessidade de um trabalho conjunto com o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio para a produção de equipamentos nacionais para essas usinas. Concluindo sua intervenção falou que o País precisa avançar na questão energética com tecnologias mais eficientes, citando que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES está financiando a primeira empresa a produzir etanol com bagaço de cana.

3. CONTEÚDO LOCAL NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Assunto retirado de pauta para análise pelos Ministérios envolvidos.

4. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O Secretário Altino Ventura Filho relatou as atividades que estão sendo desenvolvidas no campo da eficiência energética no Brasil.

Seu relato abordou os principais programas em andamento, a atuação do Comitê Gestor de Índices de Eficiência Energética – CGIEE conforme define a Lei nº 10.295, o Decreto nº 4.095, ambos de 2001, e o Plano Nacional de Eficiência Energética - PNEf.

5. EXPORTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, COM NECESSIDADE DE DEVOLUÇÃO DA ENERGIA SUPRIDA

O Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, relatou os termos da Resolução Nº 1, de 28 de março de 2012, que autoriza a inclusão da modalidade de suprimento de energia elétrica interruptível, de origem hidráulica, com necessidade de devolução da energia suprida, para a República Argentina e a República Oriental do Uruguai, para os anos de 2012 a 2014.

Os períodos de suprimento dessa energia interruptível são de maio a agosto de cada ano, com devolução de setembro a novembro do mesmo ano.

O montante de suprimento de energia será definido pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE e não poderá comprometer a segurança eletroenergética do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Finalizados os itens da pauta, a reunião foi encerrada pelo Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, com registro do agradecimento à presença de todos os membros do Conselho e demais participantes, informando que a 25ª reunião do CNPE está previamente marcada para o dia 4 de dezembro de 2012.